

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA  
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA  
TRADIÇÃO GRAMATICAL VS. VIRADA LINGUÍSTICA  
NO ARCABOUÇO DESCRITIVO  
DE UMA GRAMÁTICA ESCOLAR CONTEMPORÂNEA<sup>60</sup>

*Jéssica Rodrigues Silva* (UEPB)  
[jessikrodriguesilva@gmail.com](mailto:jessikrodriguesilva@gmail.com)

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o arcabouço categorial apresentado na obra contextualizando a gramática, de Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009), gramática escolar de maior circulação em escolas do Cariri Paraibano, especialmente no município de Monteiro e em municípios circunvizinhos. Nosso principal propósito é averiguar e sistematizar a terminologia gramatical desse livro, na relação com os conceitos apresentados, focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura com a tradição gramatical, o que inclui a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Inscrevemo-nos na perspectiva da linguística aplicada de caráter transdisciplinar (MOITA LOPES, 2009) e baseamos a pesquisa nos estudos de Lauro José Siqueira Baldini (2005), José Borges Neto (2013) e Francisco Eduardo Vieira (2015). A análise aponta que as linhas de continuidade são superiores aos movimentos de ruptura com a terminologia expressa na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), mesmo que em nenhum momento os autores da gramática a mencionem. Essa falta de menção também é um indício da força onipresente da Nomenclatura Gramatical Brasileira nesse tipo de compêndio gramatical, reverberando o processo que a tornou um objeto a-histórico (BALDINI, 2005). Os aspectos que poderiam apontar para um suposto deslocamento da tradição são apresentados na obra em posições marginais, a exemplo de pequenos boxes nas laterais das páginas. A manutenção desse tipo de arcabouço categorial e conceitual evidencia a conservação da tradição gramatical, sem que haja reflexão sobre suas limitações ou proposta de algum tipo de renovação, a despeito de a obra explicitar a necessidade de um estudo e de um ensino inovador de gramática.

**Palavras-chave:** Terminologia gramatical. Gramática escolar. NGB.

### 1. Introdução

A aula de língua portuguesa nas escolas é repleta de nomes que os alunos, dependendo do nível escolar, nem entendem. Entretanto, o emprego de termos específicos para quem estuda uma língua, como em outras disciplinas, é algo absolutamente necessário. O uso de uma terminologia que especifique o objeto estudado em questão, o

---

<sup>60</sup> Este trabalho se insere no projeto de pesquisa “A virada linguística nas gramáticas escolares de língua portuguesa: continuidades e rupturas com o paradigma tradicional de gramatização” (UEPB/PIBIC/CNPq 2015-2016), coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (UEPB).

diferenciando de todos os outros a que ele pode ou não se relacionar, é muito importante. No entanto, uma aula de português não pode se limitar a isso.

Por vezes, confunde-se “aulas de língua portuguesa” com “aulas de terminologia gramatical”, e esse equívoco é muito prejudicial ao ensino/aprendizado dos alunos, no ambiente escolar. Não podemos perder de vista, enquanto professores, que o foco dessas aulas se trata do desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, que devem aprender a ler e escrever de forma eficaz.

*Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)* defendem que

a propriedade que a linguagem tem de poder referir-se a si mesma é o que torna possível a análise da língua e o que define um vocabulário próprio, uma metalinguagem. Em relação a essa terminologia característica, é preciso considerar que, embora seja peculiar a situações de análise linguística (em que inevitavelmente se fala sobre língua), não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, justificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo. O critério do que deve ser ou não ensinado é muito simples: apenas os termos que tenham utilidade para abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão sobre a língua excluindo-se tudo o que for desnecessário e costuma apenas confundir os alunos. (PCN, 1997, p. 60)

Os PCN (1997, p. 60) deixam bem claro que não se deve abolir o estudo da “fonética, morfologia ou sintaxe, mas que elas devem ser oferecidas à medida que se tornarem necessárias para a reflexão sobre a língua”. Está claro que a crítica feita é a uma metodologia, atualmente não mais recomendável, que se tornou inadequada aos propósitos que a escola, especificamente o ensino de língua, se propõem atender.

A discussão sobre as diferentes perspectivas de ensino de língua portuguesa nas escolas teve início na metade do século XX, marcadas, principalmente, por críticas sistemáticas à gramática tradicional (GT). Desde as últimas décadas do século XIX, época da produção das primeiras gramáticas brasileiras da língua portuguesa, à primeira década do século XXI, houve uma manutenção epistemológica em nossa produção gramatical, refletindo não só a tradição mas também sua base primeira: a filosofia clássica grega em que beberam os primeiros gramáticos alexandrinos. Em geral, embora os gramáticos brasileiros escrevessem suas gramáticas destinadas a brasileiros, um de seus objetivos era auxiliar no aperfeiçoamento do uso da língua, baseando-se no modelo português, que ditava o falar e o escrever “certos”.

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O papel do professor, nessa perspectiva, é norteado pelo “ensino tradicional de gramática”, prezando pela exposição de conteúdos gramaticais de maneira dedutiva (do geral para o particular) e normativa, em busca de transmitir conhecimentos. Por isso, a preferência por exercícios de identificação e classificação de unidades e/ou funções morfossintáticas e pela correção. O que importa, nesse tipo de atividade, é a análise lógica feita numa nomenclatura especializada, ao invés dos efeitos de sentido que as expressões poderiam sugerir, quando usadas em textos. Isso com o tempo causou diversas críticas e, como consequência dessas críticas à gramática tradicional, houve uma rejeição ao antigo modelo de ensino de língua, que atingiu desde o âmbito acadêmico a esferas oficiais.

Durante a década de 70 do século XX, iniciou-se um processo que mais tarde ficou conhecido como *virada linguística*. Segundo Francisco Eduardo Vieira (2016, p. 32), a virada linguística brasileira é “uma espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua”, cuja forma (sistema linguístico), até então predominante, “cede espaço ao uso (contexto pragmático), que passa a precedê-la nos contextos de pesquisa e de ensino-aprendizagem”. Nesse processo, as discussões giravam em torno de se ensinar ou não gramática, da necessidade de desfazer as condições em que emerge o preconceito linguístico, de se fazer da escola um espaço transformador da realidade social através do respeito pela linguagem do aluno, o que possibilitaria levá-lo a se apropriar da variedade social de prestígio. Discussões que ainda hoje se fazem atuais.

Um dos resultados das discussões sobre a virada linguística é o fato de que não haver dúvidas de que a gramática deve ser ensinada na escola, desde que articulada ao ensino de leitura e produção de textos. Entretanto, hoje em dia, as discussões mudaram de foco, e tratam sobre “a interpretação dessa proposta no ensino-aprendizagem da língua portuguesa, que não é clara, nem óbvia para os autores de livros didáticos, muito menos para o professor” (CORTEZ, 2010, p. 154), causando um certo estranhamento a professores que não conseguem desenvolver essa proposta de ensino.

Esses movimentos no contexto da pesquisa e do ensino do português acabaram por alcançar e modificar, paulatinamente e de forma peculiar, o próprio espaço da produção de gramáticas de língua portuguesa, a começar pelas gramáticas escolares, também conhecidas por gramáticas pedagógicas ou didáticas. Ao longo da história dos livros

de gramática no Brasil, diversos autores de gramáticas de referência elaboravam suas versões pedagógicas, a fim de se tornarem instrumentos didáticos nas aulas de língua portuguesa. Esses manuais têm por finalidade maior servir ao ensino de língua materna, sobretudo ao ensino de conhecimentos metalinguísticos. Utilizado no contexto escolar de modo facultativo, privilegiam a exposição de conteúdos gramaticais em detrimento da realização de exercícios de gramática. (VIEIRA, 2015)

Há mais de cinquenta anos, o arcabouço descritivo e terminológico da tradição gramatical brasileira é produto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), documento do então Ministério da Educação e Cultura, publicado na Portaria nº 36, no dia 28 de janeiro de 1959. A NGB tinha por objetivo homogeneizar a taxonomia gramatical brasileira, a fim de sanar alguns problemas pedagógicos, como a falta de unidade no ensino de língua portuguesa (gramática) nas escolas brasileiras e o conflito terminológico em provas e concursos que pairava antes do documento.

Os autores que se dedicam a refletir sobre as consequências advindas com a NGB costumam afirmar que, após sua publicação, a originalidade que havia em algumas gramáticas (embora sob o prisma homogeneizante da gramatização greco-latina) veio desaparecendo gradativamente à medida que a repetição mecânica de uma terminologia oficialmente determinada afetava a liberdade interpretativa dos fatos de linguagem analisados pelos gramáticos. (VIEIRA, 2015, p. 197)

É justamente essa continuidade terminológica e conceitual com a tradição gramatical o tema de nosso trabalho. Consequentemente, dialogamos diretamente com Francisco Eduardo Vieira (2015), tese de doutoramento que teve como objetivo maior caracterizar as gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP), no que diz respeito às linhas de continuidade e aos deslocamentos efetivados entre esses instrumentos de gramatização na relação com a tradição gramatical luso-brasileira e, consequentemente, greco-latina.

A relevância desse trabalho consiste exatamente em dar continuidade à caracterização da gramaticografia contemporânea brasileira, dessa vez focalizando as gramáticas escolares, também nomeadas de gramáticas didáticas ou pedagógicas.

Feitas essas considerações, podemos agora dizer a que pretende especificamente este trabalho, que parte das seguintes perguntas de pesquisa: É possível fazer uma gramática escolar sem seguir as classificações, as categorias e os conceitos de origem greco-latina, que de

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

tão presentes na gramatização tradicional luso-brasileira já parecem naturalizados? Em que medida a NGB se faz presente na terminologia das gramáticas escolares?

Desse modo, nosso principal objetivo é averiguar e sistematizar a terminologia gramatical apresentada na gramática escolar de maior circulação em escolas públicas e privadas do Cariri Paraibano, na relação com os conceitos apresentados, focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura com a tradição gramatical, o que inclui a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Diante disso, nosso trabalho tem respaldo teórico-metodológico na linguística aplicada (LA) de caráter transdisciplinar. Trata-se de um modo de fazer pesquisa mestiço e nômade, no sentido de que atravessa fronteiras disciplinares e mistura disciplinas e conceitos, a fim de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central, e que sejam suficientemente relevantes para exigirem respostas teóricas que tragam ganhos a práticas sociais e a seus participantes.

Podemos dizer que estamos inseridos numa linguística aplicada “indisciplinar” (MOITA LOPES, 2008), “transgressiva” e “crítica” (PENNYCOOK, 2008), tanto no que diz respeito à negação de filiações teóricas quanto no sentido mais complexo de tentar atravessar/violar fronteiras ou pensar para além dos limites das tradições epistemológicas. De modo que não há um “a priori teórico”, mas sim a construção de um arcabouço teórico que remonta a diferentes áreas temáticas, dentre as quais destacamos alguns estudos, que serão sucintamente apresentados na próxima seção.

### **2. Aspectos teórico-metodológicos**

Esse trabalho é de natureza qualitativa e, como mencionado anteriormente, tem respaldo teórico-metodológico na linguística aplicada de caráter transdisciplinar. Atualmente, fixada no campo das ciências sociais, de acordo com Luiz Paulo da Moita Lopes (2009), a linguística aplicada transdisciplinar se constitui como uma área mestiça e nômade, pois atravessa as fronteiras disciplinares, transformando-se continuamente, ousando pensar diferente, para que, assim, possa compreender o mundo atual.

Entendida como “um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA LOPES, 2009, p. 19), a linguística aplicada se formula enquanto área mediadora entre a teoria linguística e o ensino de línguas, cujo objetivo é reconhecer os tipos de conhecimento que podem ser relevantes para a investigação dos processos de ensino, e os que precisam ir além daqueles formulados pela Linguística. Além de construir o próprio objeto de investigação, “com base na relevância que outras teorias de outros campos do conhecimento possam ter para sua compreensão” (MOITA LOPES, 2009, p. 16), o pesquisador dessa área apresenta novas formas de politizar a vida social.

Nesse sentido, não há um pressuposto teórico de onde partirmos, mas sim a construção de um arcabouço teórico que reconheça, em diferentes áreas temáticas, as que podem ser relevantes para nossa investigação. Desse modo, podemos destacar alguns estudos como os de Sylvain Auroux (1992) e Francisco Eduardo Vieira (2015, 2016) sobre gramatização da língua portuguesa; os de Carlos Alberto Faraco (1999), Emerson De Pietri (2003) e Soares (2004) sobre a virada linguística; além de Lauro José Siqueira Baldini (2005), José Borges Neto (2013) e Claudio Cezar Henriques (2009) sobre a NGB e a tradição gramatical.

O estudo gramatical é consideravelmente antigo. A gramática, como conhecemos hoje, é moldada pelo processo de gramatização. Segundo Sylvain Auroux (1992), gramatização é o processo de origem renascentista, com base na tradição greco-latina, de descrever e instrumentalizar as línguas ocidentais a partir de duas tecnologias metalinguísticas: a gramática e o dicionário. Além dessas duas tecnologias de gramatização, Lauro José Siqueira Baldini (1999) também considera a NGB como parte do processo de gramatização brasileira. Contudo, não podemos restringir a gramatização a uma simples produção de instrumentos sobre uma língua, mas entendê-la, também, como parte de sua história.

Francisco Eduardo Vieira (2015), em seus estudos sobre o tema, amplia esse conceito e defende que, há mais de dois mil anos, o modelo responsável por nortear a elaboração de gramáticas no Ocidente é o paradigma tradicional de gramatização (PTG). De base filosófica, o paradigma tradicional de gramatização surgiu e se desenvolveu no contexto filológico alexandrino. No entanto, esse paradigma ultrapassou o contexto histórico da Grécia Antiga e perpetuou-se nas mais diferentes civilizações, tornando-se

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

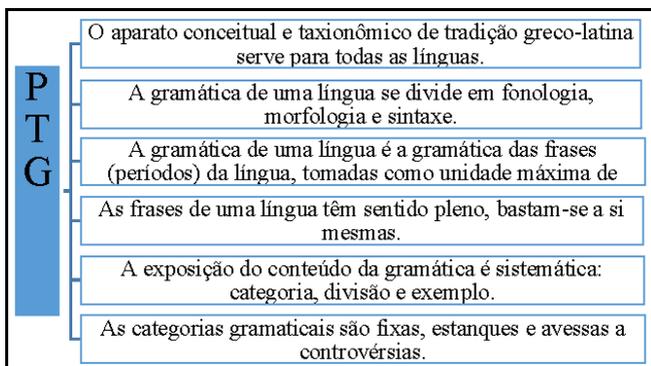
o mentor daquilo que se entende por gramáticas normativas, tradicionais ou de referência, no que diz respeito à regulação de seu papel social, à apresentação e distribuição de conteúdos gramaticais, a seu aparato analítico e terminológico, dentre outros aspectos. (VIEIRA, 2015, p. 58)

O autor explica que muita coisa mudou em se tratando de gramatização de línguas e dos instrumentos dela resultantes, desde as primeiras prescrições gramaticais dos alexandrinos, aproximadamente no século III a.C., até as gramáticas renascentistas dos vernáculos europeus, elaboradas entre os séculos XV e XVI.

Entretanto, Francisco Eduardo Vieira (2015) defende que, apesar das diferenças, há um conjunto de traços que recobrem as obras gramaticais, como sua natureza teórico-metodológica e socioideológica, evidenciando que foram elaboradas sob a regência de uma mesma linha de produção.

Alguns desses traços estão explícitos ao longo das obras, ao passo que outros subjazem às suas descrições, prescrições, exemplos e comentários. Em conjunto e sem estabelecer hierarquias entre si, constituem o que venho chamando de paradigma tradicional de gramatização. (VIEIRA, 2015, p. 134)

Dentre os tantos traços elencados pelo autor, nos interessa, particularmente, seis deles:



Fonte: Vieira, 2015 (adaptado).

Como produtos do paradigma tradicional de gramatização, as gramáticas tradicionais do português e a NGB possuem esses traços. Entretanto, no processo de gramatização de nossa língua estabeleceu-se uma hierarquia institucional, no qual a NGB, a partir de sua publicação, passou a reger a produção gramatical no Brasil, ou seja, é ela que determina a forma com que as gramáticas são produzidas. Segundo

Lauro José Siqueira Baldini (1999, p. 40), “a NGB faz parte do processo de gramatização brasileira”, consequentemente do paradigma tradicional de gramatização, e “esse processo se insere no quadro mais amplo das políticas públicas (científicas)”. O autor defende que o processo de gramatização de nossa língua está ligado diretamente à constituição do Estado brasileiro.

A princípio, na elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura, o seu anteprojeto inicial tinha a pretensão de ser a gramática oficial da língua portuguesa no Brasil. Entretanto, as críticas ao anteprojeto inicial não foram poucas e, em meio a tantas críticas, as diferenças entre ele e o anteprojeto final são gritantes. Dentre tantas diferenças, a principal é a de que o anteprojeto final abandona por completo a tentativa de ser uma gramática. Tornando-se, assim, apenas uma divisão da gramática e dos nomes que fazem parte dela, sem definições, ou seja, sem filiações a qualquer posição doutrinária.

Se antes, o papel do autor de gramática era colocado na posição de quem faz a própria história, ou seja, de quem faz a gramática, a autoridade responsável por um saber sobre a língua, agora, com a NGB, o papel do autor é de quem interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente instituído.

Se considerarmos que na gramatização brasileira há duas tendências de certo modo opostas em relação ao papel e função da Gramática, não é difícil perceber que partido toma a NGB. Há, por um lado, aqueles que como Said Ali e Mattoso Camara não negam a necessidade de um instrumento linguístico de normatização, mas o subordinam ao estudo descritivo. E, de outro lado, aqueles que veem a normatização como a função fundamental do estudo da linguagem. Há, nesse mesmo recorte, aqueles que atribuem à Gramática um papel descritivo, que, no entanto, se apaga pela desconsideração de tudo que não seja texto escrito, e autorizado – Jucá Filho, por exemplo, é mestre nessa contradição: diz, como veremos, que à Gramática não compete ensinar a falar ou a escrever corretamente, porém o faz em suas gramáticas ao utilizar apenas exemplos da linguagem dita “cult”. A NGB, como facilmente pode se notar, filia-se a esta última tendência. (BALDINI 2005, p. 84)

De acordo com Lauro José Siqueira Baldini (2005), um outro momento de autoria se estabeleceu no discurso gramatical, a partir da NGB. Ela proporciona um deslocamento de quem seria a autoridade do saber sobre a língua. Eni Puccineli Orlandi (1997 *apud* BALDINI 2005, p. 85) diz que, com a NGB,

a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista. Saber como a língua funciona dá autoridade para o

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

linguista dizer como a língua é (português no Brasil / português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do linguista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o linguista.

Após a NGB, constitui-se um novo acontecimento discursivo. “O discurso gramatical ganha uma consistência que impede o processo de autoria, tal como ele funcionava antes, a não ser de forma marginal” (BALDINI, 2005, p. 85). Nesse sentido, a NGB é um texto que se desvincula de seus criadores, impondo-se e limitando o acaso do discurso. Visto que toda gramática, agora, tem o texto da NGB como corpo, mesmo quando a nega ou restringe, segue o princípio do comentário. Esse tipo de comentário fica sempre à margem do texto, em notas de rodapé, por exemplo.

De acordo com Lauro José Siqueira Baldini (2005), o silêncio que a NGB impõe é o silêncio da história da gramatização brasileira, pois, ao despir-se de autores, a gramática passa a falar por si mesma, ou seja, a NGB torna-se a “Gramática”, com “G” maiúsculo, a única coisa que se pode dizer a respeito da língua portuguesa. Na NGB, a unidade da língua constitui-se a partir da unidade sobre a terminologia que “descreve” essa língua. Mas essa unidade é garantida não por uma filiação teórica, e sim pela atitude do Estado em assumir o papel de autor da NGB. Nesse sentido, “esquece-se” de que ela é um produto histórico, produzido por um determinado grupo de pessoas, dentro de uma dada conjuntura histórica, o que, com o tempo, causou sua “naturalização”. (BORGES NETO, 2013)

De acordo com José Borges Neto (2013, p. 2), a “naturalização é o processo de tratar entidades teóricas como se fossem os próprios fenômenos”. Para elucidar esse processo, a princípio, o autor propõe uma distinção entre objeto observacional e objeto teórico. Nesse sentido, “o *objeto observacional* de uma teoria é o conjunto de fenômenos que a teoria recorta para si”, ou seja, “como as teorias não tratam de tudo, podemos dizer que cada teoria recorta para si um objeto observacional” (BORGES NETO, 2013, p. 2). Segundo o autor, as caracterizações teóricas são *atribuídas* aos objetos e não *reconhecidas* nele, visto que, uma vez recortado o objeto observacional, o cientista começa a povoá-lo com entidades teóricas e com relações entre essas entidades. Na medida em que essa tarefa é realizada, o objeto observacional é organizado como um *objeto teórico*.

Segundo José Borges Neto (2013), a gramática da antiguidade clássica construiu uma teoria das línguas humanas. Nesse sentido, a terceira preliminar tem a ver com a natureza teórica da gramática tradicional. O autor explica que, apesar dos gramáticos gregos e latinos adotarem padrões de exigência mais frouxos do que as teorias científicas atuais, realizaram um trabalho de teorização essencialmente igual ao que realizam os cientistas contemporâneos.

Estabelecidos esses pontos, José Borges Neto (2013, p. 2) defende que a

naturalização é o processo de tratar entidades teóricas como se fossem os próprios fenômenos. Nesse processo ignora-se que uma teoria constrói um objeto teórico que se sobrepõe ao objeto observacional e considera-se que as entidades teóricas atribuídas ao objeto constituem a própria realidade.

Assim como a gramática tradicional, a NGB naturalizou-se com o tempo, tornando-se um objeto a-teórico e a-histórico. Consequentemente, a forma como ela é abordada no âmbito escolar, de uma forma geral, mudou com o tempo, pois, mesmo não sendo um objeto de estudo escolar, a NGB determina um dos mais importantes objetos de estudo nesse campo, a gramática.

Com a virada linguística, as críticas ao ensino de gramática prescritiva fizeram com que o objeto de estudo em sala de aula tornasse o texto. Entretanto, a metodologia adotada nas salas de aulas, ainda, não passa de uma abordagem que se limita à mera identificação e classificação dos fenômenos linguísticos num dado texto, mas, adotando uma nova nomenclatura, agora vinculada à linguística textual e outras teorias tão disseminadas no meio acadêmico.

A fim de que haja uma adequação a essa nova realidade, Claudio Cezar Henriques (2009, p. 70) defende uma reformulação da NGB. Segundo o autor, “existe a necessidade de mudanças na política de ensino de língua portuguesa e de formação de professores. Uma atualização da terminologia não é a principal coisa a se fazer, mas é uma delas”. Ele argumenta que a terminologia é apenas um ponto entre tantos outros mais importantes no ensino de língua materna, mas às vezes parece necessário lembrar que o descaso dado às coisas consideradas insignificantes pode gerar grandes prejuízos, quando consideramos o aspecto geral.

Como podemos observar, todos esses movimentos no contexto da pesquisa e do ensino do português acabaram por alcançar e modificar,

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

paulatinamente e de forma peculiar, o próprio espaço da produção de gramáticas de língua portuguesa. Consequentemente, afetaram as gramáticas escolares (também regidas pelo paradigma tradicional de gramatização e, conseqüentemente, pela NGB), que, segundo Francisco Eduardo Vieira (2015), são crias do processo de gramatização tradicional do português. Por outro lado, ainda segundo o autor, essas gramáticas atentas aos desejos do mercado editorial em se adequar a um suposto professor atento às novas teorias linguísticas e tendências pedagógicas (ou seja, à virada linguística) e tentam demonstrar uma visão de língua inovadora, em geral associada à perspectiva sociointeracionista de linguagem.

Diante disso, nesse trabalho, averiguamos e sistematizamos a terminologia gramatical apresentada na gramática escolar de maior circulação em escolas públicas e privadas do Cariri Paraibano, na relação com os conceitos apresentados, focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura com a tradição gramatical, o que inclui a NGB.

A gramática analisada foi definida com base na pesquisa intitulada *A virada linguística nas gramáticas escolares de língua portuguesa: continuidades e rupturas com o paradigma tradicional de gramatização* (UEPB/PIBIC/CNPq 2015-2016). Em nossa pesquisa de campo, foram mapeadas as principais obras presentes direta ou indiretamente em 40 escolas públicas e privadas da região, a partir de questionários e entrevistas feitas com professores de língua portuguesa do ensino fundamental e ensino médio, além de visitas às bibliotecas de cada escola.

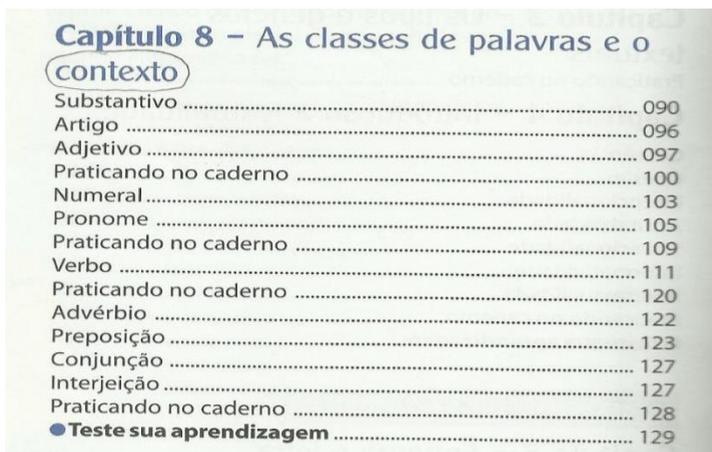
Os 127 professores entrevistados citaram um total de 39 gramáticas escolares, e nas visitas às bibliotecas foram catalogadas 14 gramáticas escolares. Feito esse levantamento, constatamos que a gramática *Contextualizando a Gramática*, de Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (Recife, Editora Construir, 2009), é a mais utilizada pelos professores. Conseqüentemente, essa foi a gramática escolhida como *corpus* da nossa pesquisa. Passemos, então, a seção de análise.

### 3. Análise

#### 3.1. À sombra da NGB

A gramática escolar analisada apresenta características típicas desse gênero, que, por se tratar de um instrumento didático, cuja finalidade maior é servir ao ensino de língua materna, sobretudo ao ensino de conhecimentos metalinguísticos, demonstra-se, a princípio, atenta às demandas advindas da virada linguística. Não iremos aqui realizar uma caracterização completa dessa gramática escolar. O que nos interessa, especificamente, é averiguar e sistematizar a terminologia gramatical nela apresentada, em sua relação com os conceitos, focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura com a tradição gramatical, o que inclui a NGB.

Como vimos, as gramáticas escolares também são frutos do processo de gramatização de nossa língua, isto é, elas também são regidas pelo paradigma tradicional de gramatização. Logo, isso nos implica dizer que a gramática de Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra segue aqueles traços elencados por Francisco Eduardo Vieira (2015) em sua estrutura. A exemplo disto, já no sumário da gramática analisada, percebemos a total influência da NGB, ou seja, da terminologia tradicional, nesse tipo de compêndio gramatical. No capítulo 8 – "As classes de palavras e contexto" –, os títulos dos tópicos são as dez classes de palavras determinadas pelo documento.



<b>Capítulo 8 – As classes de palavras e o contexto</b>	
Substantivo .....	090
Artigo .....	096
Adjetivo .....	097
Praticando no caderno .....	100
Numeral .....	103
Pronome .....	105
Praticando no caderno .....	109
Verbo .....	111
Praticando no caderno .....	120
Advérbio .....	122
Preposição .....	123
Conjunção .....	127
Interjeição .....	127
Praticando no caderno .....	128
● <b>Teste sua aprendizagem</b> .....	129

Figura 1: Presença dos termos da NGB na gramática escolar.

Fonte: Cordeiro & Coimbra (2009, p. 6).

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA  
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

Toda essa terminologia gramatical faz parte da nossa tradição luso-brasileira, que segundo Francisco Eduardo Vieira (2016), remonta às primeiras gramáticas da Antiguidade. O autor, baseando-se em Neves (2012), explica que

a presença da taxionomia greco-latina nas gramáticas tradicionais do português e na NGB de 1959, aponta que há, na tradição luso-brasileira, tanto termos oriundos da tradução latina da gramática grega (*sujeito, predicado, substantivo, adjetivo, advérbio, conjunção, vogais, ditongo etc.*), quanto termos transliterados diretamente do grego (*anacoluto, eclipse, barbarismo, solecismo, crase etc.*). Como era de se esperar, alguns desses termos apresentam alteração da denominação e manutenção do conceito/aplicação, enquanto outros apresentam alteração do conceito/aplicação e manutenção da denominação. (VIEIRA, 2016, p. 25)

Todo esse legado da tradição gramatical é fruto do paradigma tradicional de gramatização, que influencia a elaboração dos compêndios gramaticais. No quadro a seguir, podemos observar isso de uma melhor forma:

<b>CUNHA &amp; CINTRA (1985) CLASSES DE PALAVRAS</b>	<b>CORDEIRO &amp; COIMBRA (2009) CLASSES DE PALAVRAS</b>
SUBSTANTIVO: palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral [SEMÂNTICO].	SUBSTANTIVO: palavra que usamos para designar o que chamamos de <i>objetos substantivos</i> , ou seja, substâncias e todos os objetos que podemos apreender mentalmente como substâncias [SEMÂNTICO].
VERBO: palavra de forma variável [MORFOLÓGICO] que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo [SEMÂNTICO].	VERBO: palavra que significa <i>ação, estado, fato</i> ou <i>fenômeno</i> [SEMÂNTICO].
ADJETIVO: essencialmente um modificador do substantivo, indicando-lhes uma qualidade, o modo de ser, o aspecto ou aparência, o estado [SEMÂNTICO].	ADJETIVO: palavra variável [MORFOLÓGICO] que se refere ao substantivo atribuindo-lhe qualidades, defeitos, características [SEMÂNTICO].
ARTIGO: antepõe-se aos substantivos [SINTÁTICO] para indicar que se trata de um ser já conhecido do leitor/ouvinte, ou de um simples representante de uma dada espécie ainda não mencionado [TEXTUAL/DISCURSIVO].	ARTIGO: palavra variável em gênero e número [MORFOLÓGICO] que antecede o substantivo [SINTÁTICO] determinando-o ou indeterminando-o [TEXTUAL/DISCURSIVO].
PRONOME: desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais [MORFOSSINTÁTICO]; servem, pois, para representar um substantivo [MORFOSSINTÁTICO] ou para acompanhar um substantivo	PRONOME: palavra que representa ou acompanha o substantivo[MORFOSSINTÁTICO], indicando-o como pessoa do discurso [TEXTUAL/DISCURSIVO].

[SINTÁTICO] determinando-lhe a extensão do significado [SEMÂNTICO].	
PREPOSIÇÃO: palavra invariável [MORFOLÓGICO] que relaciona dois termos de uma oração [SINTÁTICO], de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo [SEMÂNTICO].	PREPOSIÇÃO: palavra invariável, ou seja, não varia em gênero, número nem grau [MORFOLÓGICO].
ADVÉRBIO: é fundamentalmente um modificador do verbo, também podendo reforçar o sentido de um adjetivo, advérbio ou modificar toda a oração [SEMÂNTICO].	ADVÉRBIO: palavra invariável [MORFOLÓGICO] que se liga a um verbo, a um adjetivo ou a um outro advérbio [SINTÁTICO], acrescentando circunstância de lugar, tempo, intensidade, modo, afirmação, dúvida etc. [SEMÂNTICO].
CONJUNÇÃO: relaciona duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração [SINTÁTICO].	CONJUNÇÃO: palavra invariável [MORFOLÓGICO] que liga orações ou palavras [SINTÁTICO].
INTERJEIÇÃO: espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções [SEMÂNTICO, DISCURSIVO].	INTERJEIÇÃO: palavra por meio da qual expressamos emoções, sentimentos ou pensamentos [SEMÂNTICO, DISCURSIVO].
NUMERAL: indica uma quantidade exata de pessoas ou coisas, ou assinala o lugar que elas ocupam numa série [SEMÂNTICO].	NUMERAL: palavra com que indicamos quantidade, ordem, divisão e multiplicação [SEMÂNTICO].

**Quadro 1: Classes de palavras e especificação dos critérios de categorização.**

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base em Vieira (2015)

O quadro acima ilustra, na primeira coluna, as dez classes de palavras da tradição luso-brasileira, exemplificadas por meio da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra (2008), cuja primeira publicação data de 1985. Já na segunda coluna temos as classes de palavras elencadas e definidas por Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009). Podemos perceber a equivalência total entre as categorias das duas gramáticas. Quanto às definições dadas pelos autores para cada classe de palavra, ao analisarmos os critérios utilizados, apresentados no quadro entre colchetes, podemos perceber que também há uma equivalência quase completa. Por exemplo, enquanto Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra afirmam que o *substantivo* é a “palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral”, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra conceituam o *substantivo* como “palavra que usamos para designar o que chamamos de objetos substantivos, ou seja, substâncias e todos os objetos que podemos apreender mentalmente como substâncias”; ambos, nesse caso, baseiam-se no critério de classificação semântico. Celso

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**  
**XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra diz que o *pronome* “desempenha na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais; servem, pois, para representar um substantivo ou para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado”. Já Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra postulam que *pronome* é a “palavra que representa ou acompanha o substantivo, indicando-o como pessoa do discurso”; como podemos observar, os critérios de classificação mudaram, o que curiosamente não implica mudança nas classes elencadas, ratificando que as classes são selecionadas a priori, independentemente dos critérios. Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra classificam o pronome de acordo com os critérios semântico, morfossintático e sintático; já Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra baseiam sua classificação nos morfossintáticos e textual/discursivo. Ambos nesse caso usam mais de um critério para sua classificação, o que, a princípio, pode causar uma certa confusão e dificuldade de entendimento para os alunos, por exemplo, visto que o público alvo da gramática de Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra são os alunos de nível médio. Além disso, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra utilizam o mesmo critério morfossintático usado por Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra, mas descarta o semântico e sintático, ao acrescentar o textual/ discursivo. Isso não significa que os autores da gramática escolar rompem com a tradição gramatical, pois, ao observarmos o quadro de uma maneira geral, ambos se baseiam nos mesmos critérios de classificação, além de permanecerem com as mesmas dez classes, consoante a NGB.

As categorias elencadas por Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra são definidas valendo-se de noções pouco precisas. Exemplo maior disso é a definição dada para *preposição* “palavra invariável, ou seja, não vária em gênero, número nem grau”, que caberia para qualquer outra classe invariável, ou seja, baseada no critério morfológico. E mesmo havendo algumas diferenças conceituais entre os autores Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra e Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra, está claro que Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra seguem a tradição luso-brasileira de modo veemente, apesar de propagarem um discurso de que irão trabalhar com o conteúdo sobre um aspecto novo e mais próximo da realidade, falando inclusive em uma reformulação, a fim de aprimorar as reflexões feitas para tornar o aluno mais hábil no uso da linguagem. Esta reformulação, como podemos perceber, não é feita, pois os autores seguem exatamente a tradição gramatical, sem ao menos, na maioria das vezes, questioná-la. Esse

discurso feito pelos autores é, na verdade, uma maquiagem feita nas partes introdutórias da gramática para se adequar ao da virada linguística, na tentativa de favorecer uma suposta reflexão gramatical aos alunos.

Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009), como exposto anteriormente na figura 1, elencam a *interjeição* como uma das dez classes de palavras, logo após a *conjunção*. No entanto, ao descrevê-la, discordam dessa classificação.

**Interjeição**

Interjeição é a palavra por meio da qual expressamos emoções, sentimentos ou pensamentos.

Diferentemente das classes de palavras que estudamos até aqui, a interjeição é um recurso da linguagem em que não há uma **ideia** organizada de modo lógico. Assim, ela apenas representa impulsos, suspiros, gemidos, enfim, manifestações da alma decorrentes de contextos específicos. Por causa disso, o sentido delas depende da maneira como são proferidas. Veja alguns exemplos:

- Ah, você veio!  
estado emotivo
- Hum! Estava delicioso!  
expressão de um pensamento súbito

Devido a essa relativa “independência”, na prática as interjeições não constituem propriamente uma classe de palavras. Outra observação importante é que, em certo sentido, muitas “escondem” sentenças inteiras. Observe:

— **Bravo! Bravo!** — gritava o público.  
↓  
Foi muito bom! Repitam!

**Para saber mais**

As interjeições são **palavras invariáveis**, não sofrem variação em gênero, número e grau como os nomes, nem de número, pessoa, tempo e modo, como os verbos. Entretanto, em contextos específicos, algumas delas às vezes variam em grau (*bravíssimo, loguinho!*), mas essa variação é muito restrita, não é um processo comum.

127

Figura 2: Classificação da interjeição. Fonte: Cordeiro & Coimbra (2009, p. 127)

Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) associam essa classe de palavras a um contexto específico, e os exemplos dados reduzem-se a frases descontextualizadas, onde só fazem sentido de acordo com a entonação utilizada. Os autores não trazem nada de novo ou promovem alguma reflexão sobre isso, deixando subentendido que essas palavras são usadas de forma desconexa, ao dizerem que “é um recurso de linguagem em que não há uma ideia organizada de modo lógico”. Está claro que os próprios autores não concordam que essa classe em questão esteja no mesmo nível das demais. No entanto, a forma como é feito, nos faz entender que isso é apenas um comentário,

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

um dado cuja importância é mínima. Esse tipo de situação é um indício da força onipresente da NGB nesse tipo de compêndio gramatical, pois, mesmo não concordando com a classificação tradicional que elenca dez classes de palavras, o faz seguindo a NGB, reverberando o processo que a tornou um objeto a-histórico (BALDINI, 2005) e naturalizado. (BORGES NETO, 2013)

### 3.2. Tentativas de deslocamento e rupturas com a NGB

Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra (2009), de uma forma geral, seguem a NGB, mas há alguns pontos em que os autores propõem uma abordagem diferente da determinada pelo documento. Um exemplo disto é a classificação dada ao sujeito, no capítulo 9 da gramática.

**Estudo do sujeito**

9  
Capítulo

LUIZ, NÃO CONSIGO ENTENDER O QUE É SUJEITO E O QUE É PREDICADO. É FÁCIL LER: SUJEITO É O SER QUE PRÁTICA A AÇÃO.

"A CAMPANHINHA ESTÁ TOCANDO." QUAL É O SUJEITO? ALGUEM QUE TOCOU A CAMPANHINHA, ORA...

PAIS É, MAS A PROFESSORA ACHA QUE É A CAMPANHINHA MESMO.

O tema dessa tirinha de Fudson é um dos grandes problemas das gramáticas: a definição de sujeito. Por muito tempo, o sujeito foi conceituado de fato como o ser que pratica a ação expressa pelo verbo. Entretanto, uma oração como *A campainha está tocando* contradiz essa definição.

Assim, para ficar mais claro, vamos considerar o sujeito de uma oração da seguinte forma:

Sujeito é o termo que está em relação de concordância com o verbo.

Observe: A campainha está tocando.

Figura 3: Definição do sujeito. Fonte: Cordeiro & Coimbra (2009, p. 143)

A primeira observação a se fazer, ao analisarmos o estudo feito por Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) sobre o *sujeito*, é o fato dos autores utilizarem uma tirinha como pretexto para abordagem gramatical. Isso vai de encontro com a proposta pelos autores anunciada, além de ser uma abordagem descontextualizada, pois, mesmo os autores referenciando o autor da tirinha, ela não faz parte de nenhuma esfera de

circulação textual, pois, assim como todas as outras tirinhas utilizadas pelos autores ao longo da gramática, foi criada por Edson apenas para fins didáticos, ou seja, para servir de pretexto para Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) abordarem questões gramaticais. Isso ratifica mais uma inconsistência entre o discurso de apresentação da obra e o que realmente acontece na descrição gramatical proposta.

Em seu estudo sobre o *sujeito*, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009, p. 141) criticam a definição tradicional de “ser que pratica a ação expressa pelo verbo” e os problemas que esse tipo de definição tem. Ao conceituarem o *sujeito* como “termo que está em relação de concordância com o verbo”, os autores estão se baseando no critério exclusivamente sintático. E ainda complementam que “na identificação do sujeito, não consideramos o sentido, mas a relação sintática que existe entre ele e o verbo” (p. 142). Quanto a classificação, os autores elegem a seguinte: simples, composto, indeterminado, oracional, oculto e inexistente.

Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) elencam seis tipos de sujeito. Desses seis, três deles são iguais aos tipos determinados pela NGB, cuja classificação é a seguinte: simples, composto, indeterminado, oração sem sujeito. Como podemos observar, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) elencam mais três outros tipos diferentes dos determinados pela NGB, mas que, na verdade, configuram-se como novos tipos apenas dois, pois o *inexistente* é o mesmo que *oração sem sujeito*. Ou seja, os autores continuam seguindo a NGB, mas com algumas pequenas mudanças. Por exemplo, o fato dos autores trocarem o termo *inexistente* por *oração sem sujeito* não significa que houve uma mudança real, mas, apenas, um deslocamento terminológico. Entretanto, a inserção do tipo de sujeito *oracional* definida como “oração que funciona como sujeito de um verbo”, indica uma mudança de abordagem comparando-a com a NGB. Mas que não chega a ser considerado um rompimento com a tradição gramatical, pois, mesmo esse tipo de situação sendo ignorada pela NGB, ela faz parte de nosso repertório gramatical tradicional.

No capítulo 12 da gramática escolar, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) iniciam seu estudo sobre o período composto:

# Estudo das orações

no coordenadas  
no subordinadas

12  
Capítulo

Recordando o que vimos na Parte I, **oração** é todo enunciado organizado em torno de um verbo. Pode ter sentido completo ou não. Além disso, vimos que toda oração é um **período**. O período pode ser **simples** (apenas uma oração) ou **composto** (mais de uma oração).

verbo  
Ela preferiu a cor clara.  
uma oração (período simples)

verbo verbo  
As pessoas que ficarem pagarão uma taxa de permanência.  
(período composto)  
1ª oração 2ª oração

## Período composto por coordenação (paralela)

A oração é **coordenada** quando não apresenta dependência sintática de outra oração. Ela é suficiente por si só.

O menino brincava no quintal.  
oração coordenada

conjunção  
Cheguei e abri a porta.  
oração coordenada  
oração coordenada

Figura 4: Classificação do período composto.

Fonte: Cordeiro & Coimbra (2009, p. 169)

É interessante observar o título dado ao capítulo, “Estudo das orações”. Esse título demonstra que só agora é que iríamos estudar as orações. No entanto, em capítulos anteriores, também estudamos as orações sem receber esse nome. Logo, melhor seria o título “Estudo do período composto”, pois deixaria claro ao leitor que nesse capítulo os

autores abordariam as orações complexas e não desconsiderariam o que já foi trabalhado até agora.

Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009, p. 169) iniciam o capítulo apresentando primeiro o *período composto por coordenação*. Segundo os autores, “a oração é *coordenada* quando não apresenta dependência sintática de outra oração. Ela é suficiente por si só.”, de forma totalmente descontextualizada, o que se repete durante todo o capítulo. A disposição seguida pelos autores durante todo esse capítulo é a determinada pela NGB. O mesmo se percebe na classificação dada às orações coordenadas, divididas em assindéticas e sindéticas. As orações sindéticas definidas como “introduzidas por uma oração” (CORDEIRO & COIMBRA, 2009, p. 170) estão subclassificadas em: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa. Além da abordagem totalmente tradicional e descontextualizada utilizada pelos autores, o sentido das conjunções de cada uma das orações coordenadas sindéticas, determinantes para sua classificação, são deixadas em segundo plano, como podemos observar no boxe “Para saber mais” (CORDEIRO & COIMBRA, 2009, p. 172), cuja importância da relação de sentido é relegada apenas ao contexto de provas de vestibulares e concursos.



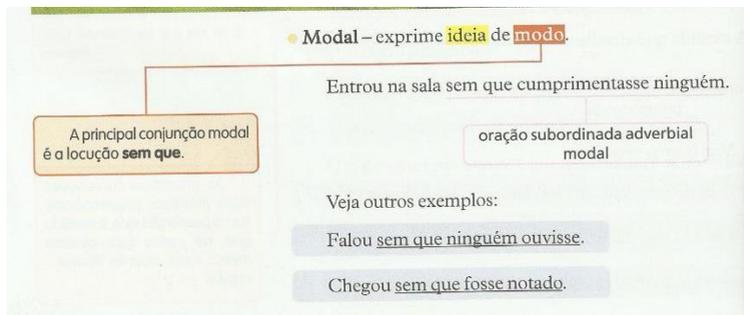
**Figura 5: Exemplo de abordagem descontextualizada.**

**Fonte: Cordeiro & Coimbra (2009, p. 172)**

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Esse é mais um exemplo da incongruência do discurso proferido pelos autores nas partes iniciais da gramática. Se na apresentação da gramática Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009, p. 3) dizem que sua intenção é “aproximar as reflexões feitas para tornar o aluno mais hábil no uso da linguagem”, como observado o uso é relegado a segundo plano durante toda a gramática. Em nenhum momento dos capítulos observados, os autores explicitam estarem preocupados com a produção escrita dos alunos, muito menos com questões de leitura. Eles centram sua preocupação em exercícios visando apenas prepararem os alunos para um contexto restrito, os de provas de vestibulares e concursos.

Ainda nesse capítulo 12, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009, p. 174) apresentam o conceito de *período composto por subordinação*. Conforme os autores, “uma oração é *subordinada* quando se liga a uma oração (oração principal) representando-lhe um termo sintático qualquer, como sujeito, objeto direto, adjunto adverbial etc. Assim, o período é composto por subordinação quando é formado por uma oração principal e uma ou mais subordinadas”. Seguindo a mesma disposição dada ao tratamento das *orações coordenadas*, as *orações subordinadas* também são abordadas de forma descontextualizada. A NGB determina a classificação das *orações subordinadas* em: substantiva: subjetiva, objetiva (direta e indireta), completiva-nominal, apositiva, predicativa; consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional e temporal. Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) iniciam sua classificação pelas *orações subordinadas adjetivas* divididas em restritivas e explicativas. Logo após, abordam as *orações subordinadas substantivas* subclassificadas em: objetiva direta e indireta, subjetiva, predicativa, completiva nominal e apositiva. Seguida das *orações subordinadas adverbiais* subclassificadas em: casual, concessiva, condicional, conformativa, comparativa, consecutiva, final, proporcional, temporal e modal. Como podemos observar, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra seguem a classificação determinada pela NGB de maneira total, pois o fato de mudarem a ordem não significa que estão com uma nova abordagem. Exceto pela inserção da *oração subordinada adverbial modal*.



**Figura 6: Presença da oração subordinada modal.**

**Fonte: Cordeiro & Coimbra (2009, p. 184)**

A introdução da noção de *oração subordinada adverbial modal* pode ser considerada uma tentativa de extrapolar a tradição gramatical luso-brasileira, pois, além dela não ser listada na NGB, também não costuma haver esse tipo de abordagem na maioria das gramáticas tradicionais, o que indica uma lacuna na própria abordagem da NGB e da tradição gramatical de uma forma geral, pois esse tipo de oração é usada tanto na modalidade oral quanto escrita, desde contextos menos monitorados aos mais monitorados. Desse modo, é importante que sejam estudadas. Entretanto, Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009), de maneira geral, continuam seguindo a tradição gramatical.

Portanto, como observado e exemplificado, a nossa análise apontou que as linhas de continuidade são superiores aos movimentos de ruptura com a terminologia expressa na NGB, mesmo que em nenhum momento os autores da gramática a mencionem. Essa falta de menção também é um indício da força onipresente da NGB nesse tipo de compêndio gramatical, reverberando o processo que a tornou um objeto a-histórico (BALDINI, 2005) e naturalizado (BORGES NETO, 2013). Entretanto, podemos perceber que há alguns pontos em que os autores fazem um deslocamento de posições categoriais, o que até poderia indicar, um deslocamento da tradição, uma forma de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização, mas que, em sua maioria, encontram-se em posições marginais, a exemplo de pequenos boxes nas laterais das páginas, não passando de comentários. Há ainda, algumas propostas de classificações metalinguísticas novas, que essas, sim, podemos considerar como pontos de rupturas com a NGB, no entanto, são apenas pequenos pontos de divergências que se resumem, em sua maioria, à terminologia utilizada.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**  
**XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

**4. Considerações finais**

Este trabalho se insere no projeto de pesquisa “A virada linguística nas gramáticas escolares de língua portuguesa: continuidades e rupturas com o paradigma tradicional de gramatização” (UEPB/PIBIC 2015-2016), cujo principal propósito foi averiguar e sistematizar a terminologia gramatical presente na obra *Contextualizando a Gramática*, de Lécio Cordeiro e Newton Avelar Coimbra (2009) – gramática escolar de maior circulação em escolas do Cariri Ocidental Paraibano, especialmente no município de Monteiro e em municípios circunvizinhos –, na relação com os conceitos apresentados, focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura com a tradição gramatical, o que inclui a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Inscrevemo-nos na perspectiva da linguística aplicada de caráter transdisciplinar (MOITA LOPES, 2009), entendida como forma de problematizar ou criar inteligibilidades sobre problemas com que se depara ou constrói. A linguística aplicada se formula enquanto área mediadora entre a teoria linguística e o ensino de línguas, cujo objetivo é reconhecer os tipos de conhecimentos que podem ser relevantes para a investigação dos processos de ensino, e os que precisam ir além daqueles formulados pela linguística. Além de construirmos o próprio objeto de investigação, não houve um pressuposto teórico de onde partirmos, mas sim a construção de um arcabouço teórico que reconheça em diferentes áreas temáticas as que podem ser relevantes para nossa investigação.

O nosso objeto de investigação, ou seja, nosso *corpus* de gramáticas escolares, foi definido por uma pesquisa de campo, onde mapeamos 14 gramáticas escolares presentes direta ou indiretamente, em 40 escolas, dos 17 municípios do Cariri Ocidental Paraibano, a partir de questionários e entrevistas feitas com 127 professores. Lembramos que não há estatísticas oficiais sobre a representatividade dessas gramáticas nas escolas brasileira, além de ainda não existir uma política pública de avaliação de gramáticas escolares.

Os resultados de nossa análise apontam que as linhas de continuidade são superiores aos movimentos de ruptura com a terminologia expressa na NGB, mesmo que em nenhum momento os autores da gramática a mencionem. Essa falta de menção também é um indício da força onipresente da NGB nesse tipo de compêndio gramatical, reverberando o processo que a tornou um objeto a-histórico (BALDINI, 2005) e naturalizado (BORGES NETO, 2013). Entretanto,

podemos perceber que há alguns pontos em que os autores fazem um deslocamento de posições categoriais, o que até poderia indicar um deslocamento da tradição, uma forma de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização, mas que, em sua maioria, encontram-se em posições marginais, a exemplo de pequenos boxes nas laterais das páginas, não passando de comentários. Portanto, a manutenção desse tipo de arcabouço categorial e conceitual evidencia a conservação da tradição gramatical, sem que haja reflexões sobre suas limitações ou propostas de algum tipo de renovação efetiva, a despeito de a obra explicitar a necessidade de um estudo e de um ensino inovador de gramática.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: UNICAMP, 1992.

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. 1999. Dissertação (de mestrado). – Unicamp, Campinas.

\_\_\_\_\_. *Um linguista na terra da gramática*. 2005. Tese (de doutorado). – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

BORGES NETO, José. A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar. Natal: VIII Congresso da ABRALIN, 2013, p. 1-7.

BRASIL, Ministério de Estado da Educação e Cultura. *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB). Rio de Janeiro: Ministério de Estado da Educação e Cultura, 1958.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2016.

CORDEIRO, Lécio. *Contextualizando a gramática*. Recife: Construir, 2009.

CORTEZ, Suzana Leite. O ensino dos conhecimentos linguísticos em coleções didáticas de língua portuguesa à luz das categorizações do PNLD. *Revista Eletrônica Via Litterae*, vol. 2, n. 1, 2010. p. 151-175.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**  
**XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].

DE PIETRI, Émerson De. *A constituição do discurso da mudança do ensino língua de língua materna*. Tese de doutorado. Capítulos I, II, III e IV. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de. *Por uma teoria linguística que fundamente o ensino de língua materna*. Educar em revista: UFPE, 1999

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar*. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, M. H. de M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. *Português na escola: história de uma disciplina curricular*. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização*. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?* In: FARACO, C. A; VIEIRA, F. E. (Org.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra os leitores*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016. p. 19-69.